



Parecer Técnico IEF/URFBIO TRIANGULO - NUREG nº. 23/2026

Uberlândia, 16 de março de 2026.

| PARECER ÚNICO | | | | |
|--|--|----------------------------------|---|----------------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Nome: SANTA VITÓRIA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA | | | CPF/CNPJ: 07.981.751/0001-85 | |
| Endereço: FAZENDA CRYSTAL; S/N; KM 11,8; ESTRADA PERDILÂNDIA-SANTA VITÓRIA | | | Bairro: ZONA RURAL | |
| Município: SANTA VITÓRIA | | UF:MG | CEP: 38320-000 | |
| Telefone: (34) 3269-1340 | | E-mail: ambientalsa@yahoo.com.br | | |
| O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para item 3 (X) Não, ir para item 2 | | | | |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | | |
| Nome: RICARDO ALBERTO BADRAN | | | CPF/CNPJ: 026.326.138-76 | |
| Endereço: FAZENDA SANTO HILARIO, S/N | | | Bairro: ZONA RURAL | |
| Município: SÃO JOAQUIM DA BARRA | | UF:SP | CEP: 14.600-000 | |
| Telefone: (34) 3269-1340 | | E-mail: ambientalsa@yahoo.com.br | | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | | | |
| Denominação: FAZENDA SANTA VITÓRIA | | | Área Total (ha): 19,9087 | |
| Registro nº 23.082 | | | Município/UF: Santa Vitória/MG | |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-4F06.9A0B.2BA1.4DE4.8059.CA5B.02D0.472B | | | | |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA | | | | |
| Tipo de Intervenção | | Quantidade | Unidade | |
| CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | | 112 | UNIDADES | |
| 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| Tipo de Intervenção | | Quantidade | Unidade | |
| CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | | 112 | UNIDADES | |
| | | | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
| | | | X | Y |
| CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | | 112 | UNIDADES | 575259 7902924 |
| 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | | |
| Uso a ser dado a área | | Especificação | Área (ha) | |
| AGRICULTURA | | PLANTIO DE CULTURAS ANUAIS | 1,19 | |
| 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Bioma/Transição entre Biomas | | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
| CERRADO (2006) | | OUTROS | CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS | 1,19 |
| 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | | |
| Produto/Subproduto | | Especificação | Quantidade | Unidade |
| MATERIAL LENHOSO | | LENHA | 9,21 | M ³ |
| MADEIRA | | SUCUPIRA BRANCA | 0,00 | M ³ |
| MADEIRA | | BRANCA | 0,37 | M ³ |
| MADEIRA | | AROEIRA | 0,0 | M ³ |

1.HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo:05/02/2026

Data da vistoria: 19/02/2026

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 20/02/2026

2.OBJETIVO

TRATA-SE DO CORTE DE 112 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS. O OBJETIVO DESSA INTERVENÇÃO É A MELHORIA DA MECANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA ÁREA. A ÁREA DE INTERVENÇÃO É DE 1,19HA.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

FAZENDA SANTA VITÓRIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG, COM ÁREA TOTAL DE 19,9087HA, EQUIVALENTE A 0,66 MÓDULOS FISCAIS.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-4F06.9A0B.2BA1.4DE4.8059.CA5B.02D0.472B

- Área total: 19,8927ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 0,00ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 0,8169ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 19,4660ha [área de APP indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 0,00ha

() A área está em recuperação: 0,0ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV-01- MATRÍCULA 23.082 DO CRI DE SANTA VITÓRIA

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

() Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 0

- Parecer sobre o CAR:

"Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado estão erradas não foram inserida as áreas antropizadas, Reserva Legal e APP ".

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A PROPRIEDADE POSSUI 19,9087HA, OS QUAIS ESTÃO SENDO REQUERIDOS O CORTE DE 112 ÁRVORES ISOLADAS EM 1,19HA EM ÁREA DE PASTAGEM.

TRATA-SE DE ÁRVORES NATIVAS DO CERRADO BRASILEIRO.

O rendimento lenhoso decorrente dessa supressão é de 9,21m³ de lenha e 0,37m³ de madeira, os quais serão comercializados, utilizados no imóvel e incorporados ao solo.

Taxa de Expediente: 696,91 reais DAE 1401367909406 que foi paga em 29/12/2025

Taxa florestal: referente a lenha é 71,32reais DAE 2901369362721 que foi paga em 29/12/2025

Taxa florestal referente a madeira é 19,13reais DAE 2901369363069 que foi paga em 29/12/2025

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não existe

- Unidade de conservação: não encontra-se em unidade de conservação

- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

[Neste item, o gestor do processo deverá caracterizar o porte do empreendimento, ratificando ou não o enquadramento informado no requerimento, conforme resultado gerado no simulador de enquadramento da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental – Copam – nº 217, de 06 de dezembro de 2017, ressaltando as considerações necessárias para empreendimentos já instalados.]

- Atividades desenvolvidas: Pecuária

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro

- Número do documento: 001/2023

5.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 19/02/2026. Trata-se do corte de arvores isoladas em áreas comuns. Essa propriedade é desenvolvido a atividade de agricultura.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana

- Solo: latossolo vermelho distrófico

- Hidrografia: A propriedade é banhada por uma nascente sem denominação . A bacia hidrográfica federal é o Rio Paranaíba e a micro bacia é o Ribeirão dos Patos.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Imóvel localizado dentro do bioma Cerrado(2006). A área de intervenção ambiental encontra-se em pastagem. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 112 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 1,19ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. Dentre as 112 árvores identificadas, existe 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo.

- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolypentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chukar*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

6. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 112 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 1,19ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. As árvores estão localizadas em área comum (pastagem). A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Cerrado(2006). O material lenhoso estimado é de 9,21m³ de lenha e 0,37m³ de madeira que terão como finalidade de comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*. Dentre as 112 árvores identificadas, há 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988.

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 05 mudas, parâmetro máximo possível.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

7. Controle processual

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

8. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opino pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 112 indivíduos arbóreos isolados vivos em uma área de 1,19ha, localizada na FAZENDA SANTA VIRÓRIA, matrículas 23.082 do CRI de Santa Vitória sendo o material lenhoso estimado em 9,21m³ de lenha e 0,37m³ de madeira que terão como finalidade a comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

9. Medidas compensatórias

DEVERÁ CONSERVAR AS PRATICAS CONSERVACIONISTAS DO SOLO.

"Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê-amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. PTRF será executado na Fazenda Santa Izabel, matrículas 5.080 do CRI de Santa Vitória, em uma área de 0,4260ha esta área contempla a medida compensatória de outras áreas nas coordenadas UTM de referência 573984(X) , 7922784(Y); 573900(X) , 7922793(Y) (22K, Sirgas 2000) "

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO EXISTE

10. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal, O VALOR DA TAXA É DE 332,80 REAIS DAE: 1500610779166

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|-------------------------|
| 1 | "Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê amarelo, como | Plantio deve ocorrer no |

| | | |
|-----|---|---|
| | medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. PTRF será executado na Fazenda Santa Izabel, matrículas 5.080 do CRI de Santa Vitória, em uma área de 0,4260ha esta área contempla a medida compensatória de outras áreas nas coordenadas UTM de referência 573984(X) , 7922784(Y); 573900(X) , 7922793(Y) (22K, Sirgas 2000) ” | primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo |
| 2 | Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 3º. | 5 ANOS |
| 3 | | |
| 4 | | |
| ... | | |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JÚNIOR

MASP: 1020806-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Coordenador**, em 18/03/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135389717** e o código CRC **B27C2CC5**.